

| 1156 | MORADIA POPULAR PRODUZIDA POR POLÍTICAS HABITACIONAIS: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E INTEGRAÇÃO NA CIDADE SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOSⁱ

*Simaia do Socorro Sales das Mercês, Diogo Luan Uchoa da Luz, Jorge Augusto Santos das Mercês,
Laira Vasconcelos dos Santos*

Resumo

Este trabalho apresenta parte da pesquisa que visa a identificar as condições de reprodução social dos segmentos populares, com foco na moradia urbana. Tem como referencial o direito à cidade e busca analisar os efeitos de políticas públicas de habitação na integração urbana dos beneficiários. Toma-se por objeto empírico as políticas criadas pelo Governo Federal e implementadas em anos recentes na Região Metropolitana de Belém. A análise privilegia, a partir da percepção dos próprios beneficiários, a qualificação da moradia produzida pelos programas de Aceleração do Crescimento e Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos socioeconômicos. A coleta dos dados utilizou questionários aplicados aos chefes de domicílio, em amostras representativas de uma intervenção do primeiro programa e de dois empreendimentos do segundo, todos situados em Ananindeua, o município mais integrado à dinâmica da RMB, excetuando-se o polo Belém. As principais conclusões são a ausência de impactos na renda e o aumento das despesas; a relativa acessibilidade a locais de interesse, facilitada pela proximidade a centralidades, mas prejudicada pelas condições do sistema de transporte público, e a satisfação que os beneficiários manifestam em relação à moradia, embora alguns elementos relacionados a sua qualidade sejam apontados como negativos.

Palavras-chave: Moradia popular; Política habitacional; Programa Minha Casa, Minha Vida; Programa de Aceleração do Crescimento; Região Metropolitana de Belém.

Introdução

As condições de provisão de moradia popular com financiamento público sofreu inflexão em 2007 com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com a criação em 2009 do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O eixo Infraestrutura Social e Urbana do PAC foi direcionado à urbanização de assentamentos precários através de ações integradas em habitação, saneamento e inclusão social. O PMCMV teve por objetivo dinamizar a economia através de incentivos à produção e à aquisição de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais por famílias com renda até 3, entre 3 e 6 e entre 6 e 10 Salários Mínimos (SMs). Em junho de 2011, disposições do PMCMV são alteradas, configurando o início de uma nova etapa na sua implementação.

Ambos os programas têm sido objeto de estudos, sendo as principais críticas dirigidas aos reflexos negativos na política habitacional que vinha sendo construída desde 2003, ao protagonismo do mercado na definição de importantes características da moradia, à

localização inadequada dos empreendimentos, à precariedade das habitações e aos efeitos negativos na estruturação das cidades (ARANTES e FIX, 2009; BONDUKI, 2009; ROLNIK e NAKANO, 2009; CARDOSO, ARAGÃO e ARAÚJO, 2011; entre outros).

No que concerne à Região Metropolitana de Belém, as análises indicam convergências e distanciamentos em relação a essas conclusões gerais. Constatase o direcionamento dos empreendimentos contratados na 1ª etapa do PMCMV/0-3SMs para os municípios da periferia metropolitana, mas não se observa um padrão de localização inadequada em relação ao espaço intra-municipal. O domínio das determinações de mercado na localização desses empreendimentos é relativizada pela ação da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) na viabilização de terra. Relevante também é a conclusão de que melhores ou piores localizações da produção na etapa do programa analisada não podem ser associadas às categorias Estado ou mercado. Em contraposição, as intervenções do PAC na urbanização de assentamentos precários é caracterizada por melhores localizações, da qual se infere que políticas mais firmemente marcadas pela ação do Estado podem ter papel preponderante na melhor qualidade da moradia (MERCÊS, 2012: 556).

Essas conclusões sobre a implementação dos programas na RMB são sustentadas por análises e interpretações que tomam por base a localização de intervenções e empreendimentos *vis-a-vis* as centralidades existentes e as observações da pesquisadora *in loco*. Ou seja, podem ser entendidas como referentes a condições potenciais de integração à cidade.

Este artigo apresenta a parte da pesquisa que visa a identificar as condições de reprodução social dos segmentos populares a partir de sua própria percepção acerca da moradia produzida pelos programas habitacionais. A coleta dos dados utilizou questionários aplicados aos chefes de domicílio, em amostras representativas de uma intervenção do PAC e de dois empreendimentos do PMCMV situados em Ananindeua, o município mais integrado à dinâmica da RMB, excetuando-se o polo Belém. A seleção dos empreendimentos do PMCMV/0-3SMs pesquisados se deve a: 1. a pequena quantidade de empreendimentos ocupados por tempo suficiente para propiciar avaliação mais consistentes pelos beneficiários; 2. a localização dos empreendimentos selecionados é bem avaliada quando se considera apenas a distância em relação a centralidades, de forma que o estudo da percepção dos beneficiários poderia refutar as inferências com aquela base; e 3. um dos empreendimentos é produto do mercado e o outro foi viabilizado pela ação do Estado, o que pode contribuir para o melhor entendimento da racionalidade desses agentes e do resultado de suas ações. A intervenção do PAC pesquisada, além de bem localizada em relação a centralidades, é a

única que pode propiciar dados relativos a mobilidade residencial, haja vista que, por uma conjuntura específica e contrariamente às normas do programa, abriga beneficiários não oriundos do assentamento objeto da urbanização.

As variáveis analisadas têm por norte a “utopia da cidade como direito [que] quer o usufruto coletivo da e na cidade. O “valor”, para os seus defensores, é o valor de uso e pressupõe o acesso universal na apropriação e usufruto da cidade” (RODRIGUES, 2007). Assim, tentou-se identificar se a mudança de residência provocou impactos socioeconômicos e na integração na cidade e, em caso afirmativo, se estes são positivos ou negativos. Foram levantados dados sobre ocupação, renda, despesas, oportunidades de lazer, condições de deslocamentos e grau de satisfação em relação a: 1. o acesso a centralidades, equipamentos e serviços urbanos; 2. as condições ambientais no condomínio e seu entorno; 3. as condições da habitação em si.

No artigo são expostos o perfil socioeconômico dos beneficiários das políticas analisadas e as principais conclusões dos estudos de caso realizados. Segundo a percepção dos residentes nos empreendimentos produzidos pelo PAC e pelo PMCMV/0-3SMs, a mudança para a nova moradia não teve impactos na renda familiar mensal, mas é generalizada a indicação do aumento das despesas. É manifestada satisfação em relação às condições da moradia, embora alguns elementos relacionados à qualidade sejam apontados como negativos. Para os beneficiários de ambos os programas, a localização da moradia, que, pela proximidade a centralidades poderia oferecer facilidade de acesso a locais de interesse para sua reprodução social, conforme as conclusões das etapas anteriores da pesquisa, tem as condições para integração urbana prejudicada devido a deficiências do sistema de transporte público que serve à área, notadamente no que concerne a quantidade de linhas, itinerários e *headway*.

Estudos de caso

1. Jardim Jader Barbalhoⁱⁱ

A intervenção denominada Comunidade Jardim Jader Barbalho (JJB), integrante do PAC, se localiza na Estrada do Aurá, s/ nº, a 4km da Rodovia BR-316, importante eixo rodoviário da RMB. O projeto de urbanização do assentamento, elaborado pela COHAB, tem meta de 1.274 lotes urbanizados e 595 casas construídas, com vistas a beneficiar 1.869 famílias. Apesar da previsão de conclusão em julho de 2011, até março desse ano, havia sido executado 68% das obras previstas e entregues 305 unidades habitacionais (COHAB/PA).

Segundo o que declararam os moradores do JJB, 41,6% são provenientes do bairro da Marambaia, no município de Belém, sendo que, destes, 75% residiam na invasão Água Cristal; 31,6% eram moradores do entorno do projeto; as demais famílias são oriundas de bairros diversos, porém quase todos localizados no município de Belém. O tempo de residência no domicílio anterior era em média 68 meses. Os entrevistados provenientes do Água Cristal e os do entorno do JJB, no Aurá, que totalizam 73,2%, afirmam ter mudado de endereço devido a remanejamento executado pelo Governo do Estado do Pará. Estranhamente, a maioria dos moradores provenientes de outras localidades alegam o mesmo motivo para a mudança, tendo as raras exceções encontradas afirmado ter trocado de residência para não pagarem mais aluguel e por estarem adquirindo casa própria, segurança e lazer.

Como os moradores não são exclusivamente oriundos das proximidades do projeto fez-se necessário processo de aceitação dos moradores do entorno do conjunto. Para isso, as lideranças da comunidade do JJB realizaram visitas anteriores às obras e à mudança dos novos moradores, buscando uma aproximação com a vizinhança, e, hoje, realizam atividades tais como campeonatos de futsal, oficina de hip-hop e aulas de capoeira, conjuntamente com os moradores do Aurá (Informação verbalⁱⁱⁱ).

Em junho de 2011, a população pesquisada auferia renda média familiar mensal de 1,95 SMs, com 75% da amostra declarando receber o equivalente a até 2 SMs e 93% afirmando receber até 3 SMs. Não há menção a alterações na renda relacionadas à mudança de residência.

Acima de 66% das residências possuía quatro moradores, sendo que apenas 7% das pessoas entrevistadas não tinha relação conjugal ou de parentesco com o chefe do domicílio. A maioria dos residentes no JJB é do sexo feminino (57%), sendo elevada a quantidade de moradores com idade até 14 anos (38%) e de adultos entre 25 e 39 anos (32%) e pequena a participação de indivíduos acima dos 60 anos (1,8%).

Os moradores com 25 anos ou mais tinha baixa escolaridade, sendo que apenas 27% havia concluído o ensino médio e 4%, o superior. A principal atividade dos moradores, excluindo estudantes, aposentados e pensionistas, donos de casa e pessoas que nunca trabalharam, era concentrada em prestação de serviços, com 40% da amostra declarando atuar nesse setor. Entre os ativos, 30% era autônomo, dono ou trabalhador de negócio familiar e 28%, ocupado eventual ou sem ocupação. Apenas 4,5% dos adultos com 25 anos ou mais possui atividade secundária, destes 90,5% tinha os estudos como atividade secundária.

Das pessoas com idades entre 6 e 17 anos, 90% tinha o estudo como atividade principal. Porém, apenas 11% dos moradores com idades entre 18 e 24 anos não havia deixado a escola. Dentre esses e que haviam ingressado no mercado de trabalho, 27% era ocupado eventual ou estava sem ocupação no momento da pesquisa e 20% trabalhava sem registro em carteira, enquanto 27% declarou-se ocupado eventual ou sem ocupação.

Vale destacar a variação em relação às despesas, provocada pela mudança para o JJB: 53,33% dos moradores do conjunto declararam ter aumentado suas despesas, sendo os maiores responsáveis a conta de energia (65,62%), o custo de transporte (18,75%) ou ambos (9,37%); 10% declaram ter reduzido suas despesas, apontando os itens aluguel (33,33%), energia (33,33%) e água e energia (33,33%); os que declaram tanto aumento quanto diminuição (13,33%) indicam acréscimo de despesa com energia e transporte e o fato de não pagarem aluguel. O restante afirma que as despesas permaneceram constantes.

O JJB foi construído em uma área onde antes funcionava um clube, segundo o depoimento colhido em entrevista com lideranças locais. O histórico de uso da área justifica a presença de equipamentos comunitários, tais como piscina, quadras poli-esportivas e arenas de futebol, incomuns nos empreendimentos destinados a atender a renda de 0 a 3 SMs.

Os moradores consideram que no JJB sua qualidade de vida melhorou. Como qualidade de vida, entendem: ter segurança, habitar uma casa de alvenaria em um local livre de alagamentos, com ruas pavimentadas, ter acesso a educação, saúde e lazer, possuir emprego para garantir o seu bem-estar e de sua família, e viver com tranquilidade. Há, porém, frequentes queixas acerca do abastecimento de água: o conjunto foi entregue aos moradores sem esse serviço e para contornar a situação adversa eles utilizam poços e bombas, onde quem tem fornece água aos demais.

A coleta de lixo é feita três vezes por semana, porém o caminhão de lixo da prefeitura não entra no conjunto. Ainda assim, os moradores classificam como muito boa a coleta de lixo. Outro aspecto da moradia bem avaliado na percepção dos residentes é a qualidade do sistema de drenagem de águas pluviais.

Mais da metade dos entrevistados diz estar satisfeita com a quantidade e tamanho dos cômodos que as unidades habitacionais possuem. A declarada satisfação ocorre mesmo com a ausência de portas internas, separando sala de quartos, o que obriga à utilização de cortinas. Percebe-se também a ampliação no uso das unidades habitacionais. Por outro lado, devido à dificuldade de encontrar empregos, os moradores fazem uso misto de sua residência, abrindo comércios e oferecendo serviços dentro do conjunto.

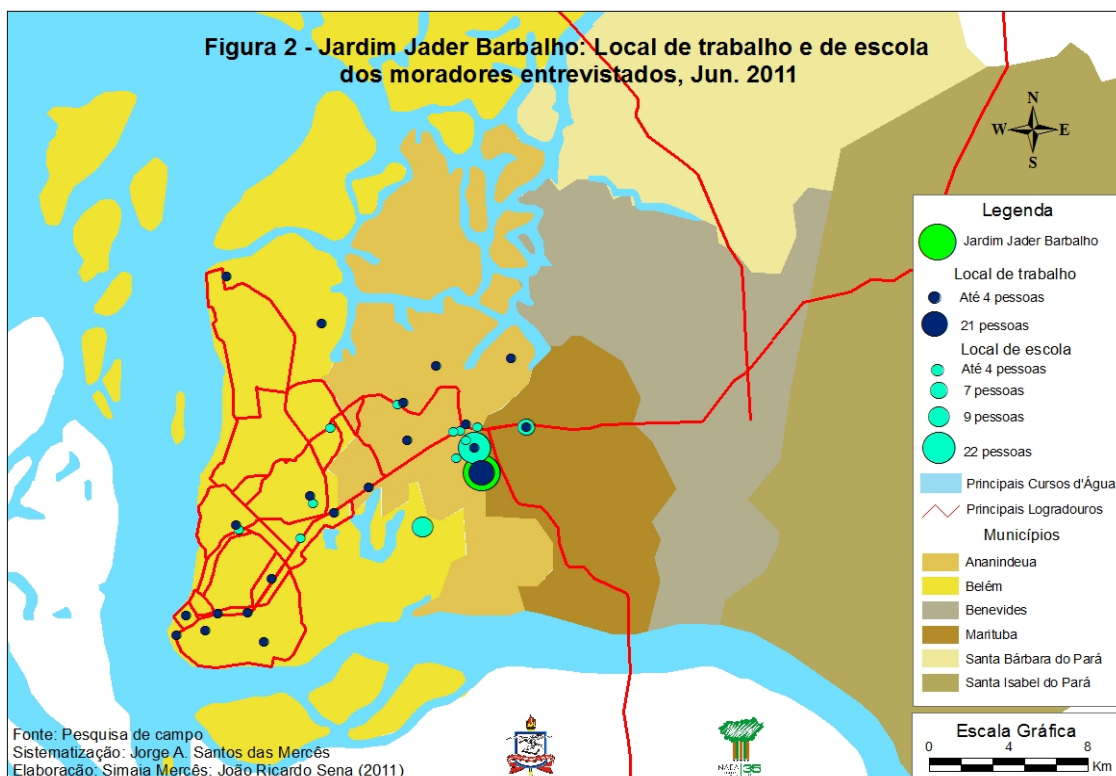
Quanto à qualidade da construção, beleza das residências, aparência do conjunto, qualidade das áreas verdes e equipamentos comunitários em geral no conjunto, os moradores declaram-se satisfeitos; quanto à segurança as porcentagens ficam equilibradas, com 55% dos entrevistados declarando satisfação.

Os dados referentes à posse de veículos particulares - em apenas um domicílio há uma bicicleta, em outro, duas, e num terceiro, quatro; apenas dois domicílios possuem uma motocicleta; embora na amostra pesquisada não tenha sido constatada a posse de automóveis, pode-se observar a construção de garagens em alguns poucos domicílios - revelam dependência quase total de transporte público ou de caminhada para acessar os locais de interesse fora do conjunto. Soma-se a isso a precariedade do sistema de transporte público (o que veremos adiante) e as distâncias para acessar a área de comércio mais próxima ou a BR 316, revelando uma mobilidade altamente restrita para os moradores do JJB, o que indica maior segregação socioespacial.

Em relação às condições de acesso ao local de trabalho, a maioria dos moradores manifestou insatisfação. Em 75% dos registros, os deslocamentos eram feitos por ônibus, sendo que 70% destes durava mais de uma hora. Em geral, os moradores insatisfeitos com as condições de acesso aos locais de trabalho eram aqueles que tinham suas atividades em Belém. Próximo ao JJB, apenas uma linha de ônibus fazia o trajeto até esse município. Caso quisessem mais alternativas para alcançar o destino, era necessário utilizar o transporte alternativo, chamado “carrinho”, para chegar até a BR 316.

Embora houvesse dezoito escolas nas proximidades, os moradores declararam insatisfação em relação às condições de acesso às instituições de ensino. Dos moradores que usavam ônibus, (38,3%), 35% gastava mais de uma hora para chegar ao estabelecimento de ensino; dos que iam a pé (28,3%) apenas 5,9% gastavam uma hora (o restante fazia o percurso em menos de trinta minutos) e todos que utilizavam bicicleta (30%) despendiam entre dez minutos e meia hora. 28,4% dos entrevistados disseram estar satisfeitos em relação ao acesso às escolas de ensino fundamental e 20%, a escolas de ensino médio. Havia apenas uma creche no Aurá, o que gerava insatisfação geral entre os moradores.

Muitos moradores exerciam suas atividades de trabalho ou estudo nas proximidades do conjunto, porém a maioria restante era obrigada a se deslocar até outros municípios (Figura 1). Aqueles que se dirigiam a Belém, faziam-no inclusive com destino a bairros não cobertos pela única linha de ônibus disponível, gerando a necessidade de utilização de mais de uma linha, implicando em mais gastos.



Em relação ao acesso a locais onde realizavam compras básicas, os residentes no JJB afirmam satisfação em 58% dos casos; quanto à saúde, mesmo havendo às proximidades o hospital Anita Gerosa, conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS), os moradores declararam insatisfação em 66,7% dos casos.

Com a mudança para o conjunto JJB, os moradores declararam ter suas necessidades de lazer satisfeitas no local, possuindo no próprio conjunto desde bares até *playgrounds*. De fato, o conjunto é dotado de variados equipamentos de lazer (quadras poliesportivas, arenas de futebol, playgrounds e uma piscina). A satisfação foi informada embora os brinquedos fossem construídos em ferro e não possuíssem proteção contra intempéries e a piscina não estivesse sendo utilizada e acumulasse detritos de várias naturezas por não dispor de drenagem ou cobertura.

Alguns problemas observados pelos moradores no residencial ainda trazem preocupação aos moradores, mas os esforços em prol de ativar a piscina, a esperança em adquirir caixas d'água para solucionar o problema da ausência de abastecimento regular pelo poder público e as melhorias implantadas nas residências e no residencial de forma geral refletem a tentativa da população de tornar o seu local de moradia um bairro residencial.

Nesse aspecto, observou-se que a lista de necessidades entendidas como básicas pelos entrevistados não é extensa. Enquanto em São Paulo tais necessidades cobrem desde

infraestrutura até agências bancárias e comércio diversificado (LAGO, 2011), no JJB resumem-se basicamente a infraestrutura.

2. Residencial Paulo Fonteles II^{iv}

O empreendimento chamado Residencial Paulo Fonteles II (RPF II) está localizado na Rua Júlia Cordeiro s/nº, próximo a BR-316, no centro do município de Ananindeua. O condomínio possui cinco blocos com total de 224 apartamentos e foi entregue aos moradores em julho de 2011. A construção do RPF II foi viabilizada em terreno pertencente à COHAB (MERCÊS, 2012a).

Em maio de 2012, 53% dos moradores era do sexo feminino e a média de idade era de 26 anos. Considerando-se apenas os chefes de domicílio, tínhamos uma média de idade de 40 anos.

Havia em média 3,6 pessoas por domicílio, sendo que na maioria dos apartamentos visitados os moradores eram parentes e o domicílio chefiado por um casal. 24% das famílias eram chefiadas por apenas uma pessoa, sendo, nestes casos, mais frequente a chefia exercida por mulheres.

Conforme as normas do PMCMV, a quantidade de pessoas na família não era determinante para o tamanho das habitações ou número de cômodos, sendo esta uma queixa frequente, especialmente nos casos das famílias com mais de quatro pessoas e com filhos de ambos os sexos.

A maior parte das famílias entrevistadas, 74%, residia antes no município de Ananindeua, 23% morava em Belém e 2% em outros municípios da RMB (três famílias em Marituba e uma em Benevides). Desta forma, pode-se dizer que foi cumprido um dos requisitos do PMCMV que é o de beneficiar pessoas do município em que se localiza o empreendimento. Todos os moradores, antes de tomar posse de seu apartamento, precisaram fazer uma visita inicial para decidir se iriam ou não ocupar o imóvel e, das 180 entrevistas concedidas, apenas dois proprietários afirmaram que seu imóvel havia sido rejeitado por outra família contemplada.

Dentre as famílias que antes residiam em Ananindeua, 40%, que corresponde a 29% do total de residentes, morava em domicílio localizado em um dos conjuntos Cidade Nova, que se encontram no Bairro Coqueiro. No caso de Belém, foi detectada uma gama de bairros, sem que houvesse grande destaque de algum deles. O tempo médio de residência é 8,6 anos. Em função do tipo de situação da moradia antiga (moradia própria, de parentes, alugadas), foi detectada uma grande variação no período de tempo na residência anterior,

desde famílias que possuíam mais de 41 anos na residência antiga e outras que haviam ficado por menos de três meses.

A motivação apresentada pela maioria dos chefes de domicílio para se mudar para o RPF II gira em torno da posse de uma residência própria. De acordo com os dados apurados, foi possível constatar que 53% das famílias vivia em casas alugadas e, nesse grupo, a motivação apresentada por praticamente todos os chefes de domicílio era abandonar o aluguel, através de aquisição de residência própria. Outro grupo de famílias, 38% do total, morava em casa de parentes, mas declarava a necessidade de ter seu próprio espaço. Somente 9% dos entrevistados eram donos de uma moradia própria sendo que, para esses, a motivação preponderante foi a possibilidade de conseguir melhores condições de moradia. Nesse aspecto, segurança e infraestrutura são fatores recorrentemente considerados.

No que tange a renda familiar dos moradores, verifica-se que a maioria das famílias se encontra em conformidade com as prerrogativas do PMCMV/0-3SMs, já que mais de 90% delas possuem renda inferior ou igual a R\$ 1.866,00. A maior parte dos grupos familiares recebe mais de 1 e menos de 2 SMs e somente em poucas situações foram constatados casos de famílias que possuíam renda inferior a 1 SM. Contudo, 8% das famílias afirmou possuir uma renda que varia de R\$ 1.866,00 até R\$ 3.732,00 e 1% possui renda maior que R\$ 3.732,00, mas inferior a R\$ 6.220,00. Esses casos estão fora das normas de seleção para empreendimentos do PMCMV/0-3.

A população de moradores com idade entre 6 e 17 anos é composta por 175 pessoas o que equivale a 27% do total. A grande maioria das pessoas deste grupo, mais de 98%, tem o estudo como atividade principal. Em função da localização do RPF II, muitos dos estudantes tiveram a oportunidade de eliminar os gastos com transporte público, substituindo-o por caminhadas (58%) ou pelo uso de bicicletas (3%), com um percurso que dura em média 10 minutos. Dentre os estudantes, as crianças são os que apresentam os menores atrasos nos estudos em relação à idade. Já os adolescentes são os que apresentam maior tempo de atraso.

Os moradores que tem entre 18 e 24 anos compõem um grupo pequeno, que representa apenas 9% do total. A maior parte tem o estudo como atividade principal. Entretanto, 46% se encontra em atraso escolar. Os universitários representam 31% e 21% concluiu o ensino médio, mas se dedica a curso preparatório para o vestibular, curso técnico ou de idiomas. Apenas 2,55% concluiu o ensino superior e deu continuidade aos estudos. O restante das pessoas que possui entre 18 e 24 anos, excluindo-se os donos de casa, desempregados e pessoas que nunca trabalharam, desempenha atividades relacionadas a

comércio, prestação de serviços e serviço público. Sua condição de empregabilidade é marcada pelo acesso ao trabalho com carteira assinada. Parcela ínfima se declarou autônoma.

Os moradores com idade de 25 anos ou mais (com exceção de estudantes, aposentados e pensionistas e pessoas que nunca trabalharam) se dedicam, em sua maioria, 45%, à prestação de serviços. O comércio aparece em seguida, 16%. O número de pessoas que se declaram autônomas é maior entre as que são dedicadas ao comércio, mais de 54%. Entre os que prestam serviços, o número de autônomos é reduzido, sendo que o trabalho formal com carteira assinada é o mais frequente, 84%. As pessoas que compõem essa faixa etária possuem escolaridade não muito alta, sendo que 54,9% concluiu o ensino médio, 10% tem o ensino superior incompleto e apenas 13%, completo.

O RPF II se encontra em uma área considerada central no município de Ananindeua e conta com bom espaço para circulação de veículos e uma área verde que possui olho d'água. Por vezes, esse recurso hídrico é utilizado para o lazer dos moradores. Além disso, o RPF II também conta com espaços para festas e reuniões, pequenos campos para prática de esportes e praça com brinquedos destinados a crianças. Quando se tratou do lazer, mais de 63% dos entrevistados relatou que, após a mudança, dispõe de mais oportunidades.

A maioria dos chefes de família afirma que sua qualidade de vida melhorou com a mudança para o RPF II, sendo que apenas 4% declarou que suas condições de moradia não mudaram e 0,56% afirmou que houve algum tipo de piora. De modo geral, os moradores afirmam que qualidade de vida está baseada no acesso a moradia própria, com boa qualidade, ter emprego, ter acesso a serviços de saúde, educação, condições de suprir necessidades alimentares, segurança, saneamento e tranquilidade na família e com vizinhos.

Apesar de considerarem que houve melhoria na qualidade de vida, os moradores ainda têm muitas queixas em relação a vários aspectos do RPF II. Os moradores consideram um avanço o fato de ter acesso aos equipamentos comunitários existentes no condomínio. Contudo, mais de 47% se diz insatisfeito devido ao descaso e uso indevido desses equipamentos. Grandes queixas giram em torno da falta de manutenção dos brinquedos do *playground* e pela presença de pessoas adultas utilizando-os. Por outro lado, mais de 69% declarou insatisfação em relação aos equipamentos comunitários localizados às proximidades do condomínio. Com relação às áreas verdes existentes no condomínio e no seu entorno, mais de 59% dos moradores se diz satisfeito e 39%, insatisfeito. A maior parte dos moradores com alguma insatisfação se queixa de que as áreas verdes do condomínio não

recebem manutenção adequada e de que algumas árvores oferecem riscos à população, por estarem muito velhas.

Quando questionados sobre barulho na área e beleza do apartamento, mais de 70% se diz satisfeito. A maioria dos beneficiários também se encontra satisfeita com a qualidade da construção, dos materiais e do tamanho dos cômodos. Contudo, mais de 80% dos entrevistados está insatisfeita com a criminalidade na área, embora considerem que o condomínio oferece melhores condições de segurança do que a moradia anterior. Essa questão da criminalidade fez com que fosse aprovada uma taxa adicional para elevar a altura do muro do condomínio, com instalação de serpentinas, o que parece configurar uma situação de auto-segregação socioespacial.

A mudança para o RPF II implicou novos gastos e redução ou eliminação de outros. Pouco mais da metade dos moradores afirma que suas despesas aumentaram. De acordo com os dados apurados, os principais responsáveis pelo aumento das despesas foram as tarifas de água, energia, as prestações do imóvel e as taxas de condomínio. O número de moradores que afirmam que as despesas ficaram iguais ou diminuíram são quase equivalentes, 26% e 21% respectivamente.

Por outro lado, tanto nos casos em que a renda aumentou quanto nos que a renda diminuiu, foram poucos os proprietários que afirmaram que esta mudança estava relacionada com a mudança de domicílio. É interessante frisar que, ao contrário do que ocorria nos empreendimentos estudados por Lago (2011), no RPF II foi constatado que apenas um morador, dos 654 que compõem a amostra, passou a fazer parte do quadro de funcionários que prestam serviços ao condomínio, sendo que o restante desses trabalhadores é composto por pessoas que moravam nos arredores do RPF II.

Quanto às condições de acessibilidade ao local de trabalho, mais de 46% dos entrevistados se diz satisfeito, 32% declarou insatisfação e o restante não manifestou interesse pela questão ou alegou indiferença. A população que exerce alguma atividade remunerada, tanto no mercado formal como no informal, muito depende de transporte coletivo, bicicleta, ou caminhada, já que são poucos os que possuem veículos motorizados e, mesmo no caso dos que os têm, foi possível constatar que os mesmos acabam por não favorecer todos os membros da família.

Constatou-se que 43% dos trabalhadores desempenha sua atividade no município de Ananindeua sendo que, apesar da predominância na utilização de transporte coletivo, algumas pessoas se deslocam a pé até o trabalho. No caso de pessoas que

desempenham suas atividades econômicas em Belém, um contingente também expressivo, 41% dos trabalhadores, também se verificou um alto uso do transporte coletivo.

O tempo médio de deslocamento das pessoas que trabalham na capital gira em torno de 49 minutos. Para os que trabalham em Ananindeua, esse tempo é reduzido, ficando em torno de 22 minutos. Já as pessoas com atividade em outros municípios da RMB (2%) gastam em torno de 14 minutos para chegar aos seus postos de trabalho, com total dependência de transporte coletivo.

Há um grupo de pessoas que alegam não ter um local fixo de trabalho (11%) podendo desempenhar suas atividades em vários municípios da RMB. Estes, em geral, também utilizam transporte coletivo. Outro grupo é composto por pessoas que trabalham em municípios não integrantes da RMB (3%) e também dependem exclusivamente de transporte coletivo, com tempo de deslocamento variando de 115 minutos a 24 horas.

Ao avaliar as condições de acesso ao local de trabalho, os moradores consideraram vários aspectos, como o tipo de condução, segurança apresentada pelo veículo, entre outros, mas, os critérios mais citados fazem referência às condições estruturais de tráfego de veículos na RMB (principalmente na BR-316 e Avenida Almirante Barroso) que, segundo argumentam os moradores, eram ruins, mas pioraram muito em função das obras do Ônibus Rápido de Belém (BRT-Belém) e à oferta de linhas de ônibus, considerada por muitos como insuficiente.

No que se refere ao acesso a serviços de educação, constatou-se que, com relação ao ensino fundamental e médio, os moradores estão satisfeitos. Muitos estudantes podem ir para a escola caminhando ou de bicicleta, pois existem várias instituições de ensino localizadas na área central de Ananindeua, o município que concentra o maior número de frequência a escolas do ensino fundamental e médio. No caso do ensino superior, a situação é oposta, com a maioria dos entrevistados alegando insatisfação, sobretudo no que se refere a universidades públicas, já que estas se concentram em Belém.

Sobre o acesso a serviços de saúde os moradores afirmam satisfação (67%) em relação à presença de clínicas e hospitais nas proximidades, embora grande parte destes seja oferecida pela rede privada de saúde. Com relação aos postos públicos, 45% dos moradores estão insatisfeitos contra um grau de satisfação de 41%, sendo que o restante dos moradores não demonstrou interesse pelo assunto.

O acesso aos locais onde são efetuadas as compras básicas é satisfatório para 57% dos moradores, embora considerem penoso ter que percorrer a Rua Júlia Cordeiro carregando suas compras, fazendo-se necessário, em alguns casos, o uso de táxis/moto táxis.

Para todos os efeitos, afirmam que conseguem encontrar a mesma variedade de produtos que consumiam no antigo local de moradia. Vários moradores afirmam que, devido ao fato do RPF II ser muito recente, ainda não houve interesse de empresários na construção de estabelecimentos comerciais em locais mais próximos, mas acreditam que com o tempo e possível construção do Residencial Paulo Fonteles III, no terreno ao lado, essas e outras melhorias venham a ocorrer.

3. Residencial Jardim Campo Grande^v

O residencial Jardim Campo Grande (RJCG) está localizado na Travessa B “Georgina”, no Bairro do Maguari, a aproximadamente 1km de distância da rodovia BR 316, no município de Ananindeua. É composto por 420 unidades habitacionais, dispostas em 21 blocos com 20 apartamentos cada um, distribuídos em 5 pavimentos. Cada apartamento possui área total de 47,25 metros. Há uma área comum para eventos, com churrasqueira e dois banheiros (masculino e feminino), playground, quadra de areia, uma guarita na entrada do residencial e possui internamente vias de acesso asfaltadas.

A origem residencial dos moradores é predominantemente o município de Ananindeua, tendo destaque o Conjunto Cidade Nova. A principal motivação para a mudança de domicílio são os encargos decorrentes do aluguel, em segundo lugar temos a situação de coabitação com familiares ou afins, ou seja, a necessidade de adquirir a casa própria, de ter mais privacidade. Observa-se também que alguns entrevistados afirmaram que, apesar de possuírem a casa própria, necessitavam de melhores condições de moradia, principalmente no que se refere a infraestrutura e segurança, ou seja, aqui nos resta confirmada a compreensão de diversos autores, corroborada na Agenda Habitat II (1993) no sentido de que, para se ter uma moradia digna, não basta a casa, uma estrutura física em si, é necessário que seja garantido acesso a serviços, além de segurança, adequada infraestrutura que inclua o fornecimento de serviços básicos como água, luz e saneamento e que seja também adequadamente localizada para viabilizar o acesso ao trabalho, com um custo acessível para a população.

A maioria dos moradores do residencial é do sexo feminino (53%), assim como os chefes de domicílio (86%). Todos os moradores que se enquadram no grupo de idade entre 6 e 17 anos são estudantes, com a maioria cursando o ensino fundamental e nenhum tendo concluído o ensino médio. Do total, 92% estuda em Ananindeua e somente 8% em Belém. Os principais modos de deslocamento para a escola são caminhada (49%) e transporte público

(39%). Ressalta-se a acessibilidade a instituições de ensino nas proximidades do residencial: 98% assegura que existem escolas de ensino fundamental na vizinhança.

Os moradores que têm entre 18 e 24 anos correspondem a 9% da população e a maioria (38%) possui o nível médio completo, 27% não concluiu o ensino médio e poucos estão cursando o nível superior. Do total, 35% são estudantes, 19,23% estão desempregados e 23,07% exercem atividades de prestação de serviços. Somente 50% são empregados com carteira de trabalho assinada e 15% são donas de casa. O principal modo de deslocamento é o transporte público. 46% exercem suas atividades em Belém e 54% em Ananindeua. Contata-se a dependência do transporte público, sendo que todos os entrevistados consideram-no um serviço fundamental. No entanto, a oferta deste não é considerada satisfatória; 40% afirma que é um serviço existente, mas que não se encontra disponível.

Os moradores que possuem mais de 25 anos correspondem à maioria da amostra analisada. Acima de 50% possui o ensino médio completo e apenas 3% concluiu o nível superior. Excluindo-se estudantes, aposentados e pensionistas (3%), desempregados (12%) e donas de casa (16%), os demais possuem atividades relacionadas a administração pública (13%), a maioria não estatutário (84%); prestação de serviços (34%), sendo 16% são autônomos e 57% possui a carteira assinada e 24% não possui vínculo trabalhista reconhecido; comércio (15%), sendo a maioria com carteira assinada (45%). As demais classes de atividades são pouco representadas: transporte e comunicação corresponde a 3%; construção civil a 0,66% e indústria a 0,66%. A maioria dos trabalhadores exerce suas atividades em Ananindeua, 37,74%. Em Belém trabalha o equivalente a 19%. Para acessarem o seu local de trabalho, 42% utiliza o transporte público, considerado insuficiente por muitos, visto que na Estrada do Maguari, apenas duas linhas de ônibus são disponíveis (Curuçambá - Pátio Belém e Maguari-Pátio Belém) e para evitar custos com mais de uma passagem, em algumas situações, é necessário caminhar até a BR-316, onde há mais opções de transporte. Apenas 4% dos moradores acessa o seu local de trabalho com o uso de motos, 10% de bicicletas, 8% deslocam-se por meio de caminhadas e somente 3% utiliza automóvel próprio.

A faixa de renda familiar mensal é de 0 a 3 SMs e 90% dos entrevistados afirmou que não houve nenhum tipo de alteração de renda. Constatou-se ainda que somente em duas situações, que representam 2% do total, a mudança de domicílio causou impactos diretos na mudança de renda, ou melhor na sua redução, e isso ocorreu porque a despesa com transporte para acessar o local de trabalho seria muito elevada em relação aos ganhos mensais obtidos. No mais, as alterações não estavam relacionadas à mudança de residência.

Por outro lado, mais da metade dos moradores (69%) alegou que suas despesas aumentaram em decorrência dos acréscimos de gastos com taxa condominial, tarifa de água e energia elétrica e prestação do imóvel. Apenas 21% afirmou que suas despesas diminuíram, estando esses casos relacionados principalmente à eliminação do custo de aluguel de residência.

Na percepção de 44% dos moradores, a oferta de lazer foi ampliada, principalmente pela área interna que o condomínio oferece e permite principalmente que as crianças utilizem. Os equipamentos de esporte e lazer no condomínio restringem-se a um *playground* e a uma quadra de areia que, para 14% dos moradores, é insuficiente. Na vizinhança do empreendimento não estão disponíveis equipamentos de lazer, segundo 86% dos moradores, de modo que alguns tem que se deslocar para um dos conjuntos Cidade Nova.

No que concerne a equipamentos e serviços disponíveis nas proximidades do empreendimento os dados apurados são:, em relação a creche, 53% dos moradores afirmou que é um serviço disponível, considerado fundamental por 98% dos entrevistados; quanto às escolas de ensino fundamental, para 86,04% dos moradores está disponível e isso é confirmado pela referência de que 92% dos entrevistados que tem entre 6 e 17 anos frequentam escolas em Ananindeua e somente 8% em Belém.

Em relação à oferta de serviços de saúde por meio de postos, 81% dos moradores afirma que este é um serviço disponível e todos o consideram fundamental. O serviço de telefonia, embora considerado fundamental, não está disponível. 77% dos moradores informou que não existe telefonia pública e 5% mencionou problemas relacionados a cobertura de sinal das operadoras de telefonia móvel.

Quanto a disponibilidade de comércios, a maioria (80,23%) dos entrevistados afirma que é existente e se encontra disponível (43,02%). Quanto às condições de acesso a mercearias e supermercados, bares e restaurantes a maioria se diz satisfeita, respectivamente 47,68% e 38,37%. Quando questionados sobre o acesso a *shoppings centers*, locais de trabalho do chefe do domicílio e do cônjuge, aproximadamente 30% afirmou estar satisfeita.

A qualidade do material de construção e o padrão das unidades habitacionais foi referida com insatisfação por 33% e 42% dos moradores, respectivamente. De fato, pode-se observar infiltrações nas paredes e vazamentos nas janelas dos apartamos do RJCG.

No que se refere às condições ambientais no entorno do condomínio, os residentes estão satisfeitos com a aparência geral da área (84%), assim como com as áreas verdes (78%). Quanto aos equipamentos comunitários existentes no condomínio e no

entorno, aproximadamente 56% afirmou estar satisfeito, assim também com relação a beleza (79%).

Constatou-se insatisfação com relação a criminalidade no entorno do condomínio, referida por 35% dos residentes, tendo os moradores ressaltado a necessidade de investimentos em segurança.

Considerações finais

A população beneficiária dos empreendimentos analisados é majoritariamente composta por pessoas que declaram receber até 3SMs, com baixo nível de escolaridade, ocupando posições nas bases da estrutura social. Analisado esse perfil juntamente com a trajetória predominante de evasão escolar e pequena absorção pelo mercado de trabalho, infere-se que são pouco prováveis alterações substanciais nas condições materiais de vida daquela população.

Este estudo mostra que são poucas as contribuições das políticas habitacionais para mudanças dessa perspectiva. Entre os impactos mais importantes da moradia produzida no âmbito do PAC-Habitação e do PMCMV, não há referência a alterações na renda familiar. Por outro lado, agravando as condições de reprodução social, ressalta-se o aumento de despesas decorrente da nova condição de residência.

Por outro lado, são pequenas as possibilidades de convívio com outros segmentos da população metropolitana. As semelhanças em relação ao perfil socioeconômico implicam intensificação dos efeitos da segregação, entendendo-a, no sentido conceituado por Castells, como caracterizada por forte homogeneidade social interna e forte disparidade quando comparada a outras áreas. Isso é mais problemático dadas as dificuldades de deslocamento proporcionadas pelo sistema de transporte coletivo, referidas pelos moradores.

Contudo, embora assumam que seu novo local de moradia oferece dificuldades em relação ao acesso físico a determinados serviços e equipamentos urbanos, de modo geral, os moradores se dizem satisfeitos com a mudança. De fato, em termos de tempo despendido em deslocamentos, não há grandes custos mencionados. É de notar que, contrariamente ao identificado na literatura em relação à característica do PMCMV em outras metrópoles brasileiras, o acesso a escolas de ensino médio e fundamental é considerado satisfatório.

A percepção de melhoria de qualidade de vida, relatada nas entrevistas, certamente é influenciada pela localização dos empreendimentos analisados, que garantiu integração da população pesquisada em área dotada de alguma infraestrutura e serviços

urbanos. Cabe notar que as melhorias mencionadas não estão relacionadas a aumento do poder aquisitivo, conforme antes mencionado. A percepção dos entrevistados em relação à melhoria na qualidade de vida com a mudança para moradia produzida pelos programas estudados está também fortemente relacionada à oferta de oportunidades de lazer nos próprios condomínios.

É generalizado na percepção dos beneficiários, que a possibilidade de obter moradia própria, em área regularizada, num ambiente que oferece algumas melhorias na questão da segurança, saneamento básico e espaço para crianças brincarem, só seria viável, mediante algum tipo de programa governamental. Isso comprova a dificuldade existente para obtenção de residência com qualidade na RMB através do mercado imobiliário formal.

As inferências do estudo indicam também a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas associando ações na habitação com geração de emprego e renda, e, também, com melhorias no sistema de transporte. Assim, nos aproximamos de Marques e Torres (2005) ao proporem a implementação pelo Estado de políticas sobre o ambiente construído e políticas sociais organizadas espacialmente, como estratégias para redução da segregação e promoção de equidade.

Referências

ARANTES, P. F.; FIX, M. (2009). “Minha Casa, Minha Vida”, o pacote habitacional de Lula.

Correio da Cidadania. Disponível em:

<http://www.correiodacidade.com.br/content/blogcategory/66/171/>

BONDUKI, N. (2009). Do projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida. *Teoria e Debate*. n. 82, pp. 8-14

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T.; ARAÚJO, F. (2011). Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitano. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XIV, 2011*, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ANPUR

LAGO, L. C. (2011). Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. *E-metropolis*, Rio de Janeiro v. 5, p. 6-12

MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.) (2005). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac São Paulo

MERCÊS, S. (2012). Percursos do direito à cidade: provisão estatal e empresarial de moradia popular na região metropolitana de Belém” *Revista Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 553-577, jul/dez

RODRIGUES, A. (2007). A cidade como direito. In: *Colóquio Internacional de Geocrítica, IX*, 2007, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre

ROLNIK, R.; NAKANO, K. (2009). As armadilhas do pacote habitacional. *Le Monde*

Diplomatique Brasil. pp. 4-5. Disponível em

<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=461&PHPSESSID=ynookxhp>. Acesso em

21.09.2011

ⁱ Parte do estudo contou com financiamento da UFPA, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

ⁱⁱ A coleta de dados no Residencial Jardim Jader Barbalho foi feita em junho de 2011.

ⁱⁱⁱ Joel Rezende. Entrevista concedida a Simaia Mercês. Belém, jul. 2011.

^{iv} A coleta de dados no Residencial Paulo Fonteles II foi feita em maio e junho de 2012.

^v A coleta de dados no Residencial Jardim Campo Grande foi feita em outubro de 2012.